

ONTOLOGIA E MOMENTO IDEAL NA ECONOMIA

Maria Angélica Borges**

RESUMO

Este artigo analisa as teses centrais sobre a ontologia do momento ideal, partindo da economia, desenvolvidas pelo filósofo marxista G. LUKÁCS na sua obra *Ontologia do Ser Social*. As questões básicas enfocadas no texto referem-se a relação sujeito-objeto na economia e suas consequências para o complexo liberdade-necessidade e objetivação-alienação.

ABSTRACT

This article analyses the main thesis concerning the ontology of the ideal moment, based on economy and developed by G. LUKÁCS, a marxist philosopher. Lukács discourses upon this theme in his study *Ontology of the Social Being*. The basic reflexions focused in the text refer to the relation subject-object in economy and its consequences related to the freedom-necessity and objectivity-alienation.

Breve Colocação do Problema¹

"Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação de forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar a sua vontade."

Marx, *O Capital*

*As questões metodológicas, periodicamente, voltam ao debate dentro da ciência econômica. Isto ocorre não somente por sua importância decisiva para a construção do discurso científico, como também por sua capacidade de revelar a profundidade da crise dos paradigmas, vivida hoje nas diferentes ciências particulares. Neste sentido, pretendemos participar deste debate mediante a divulgação das idéias de GEORG LUKÁCS, um dos mais polêmicos pensadores da vertente marxiana neste século, através da sua tematização sobre a relação *ontologia e economia*.

** Professora de Economia da FEA/PUC/SP e diretora-geral do CCJEA (Centro de Ciências Jurídicas Econômicas e Administrativas) da PUC/SP.

¹A temática da ontologia e sua relação com o momento ideal na economia será tratada neste artigo à partir da abordagem de G. LUKÁCS na sua obra *Para uma Ontologia do Ser Social*. Ver: G. LUKÁCS. *Per l'ontologia dell'essere sociale*. Versão italiana de Alberto Scarponi. Roma, Editori Riuniti, 1981.

Para analisarmos com todo o rigor necessário a relação ontológica existente entre o momento real e o momento ideal numa abordagem a partir da análise marxiana, devemos antes fazer uma breve introdução, tendo como ponto inicial o complexo ontologia e trabalho².

Lukács indicou, nos vários textos que tratou desta questão, que para se expor em termos adequados - desde o seu surgimento - o ser social no seu real desenvolvimento a partir do ser natural, seria necessário começar pela análise do trabalho³. Essa indicação vem acompanhada do pressuposto de que o ser social é um complexo. E este complexo tem de ser entendido a partir do trabalho, juntamente com a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho, pois nenhuma dessas categorias pode ser compreendida de forma isolada; e o ser social, na sua complexidade, as pressupõe.

O ponto de partida é o salto ontológico representado pelo recuo da barreira natural⁴, que se dá na passagem do ser natural para o ser social, pois, "um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico"⁵.

O salto não pode ser deduzido a nível lógico, como uma experiência - sempre restará o salto - pois o nosso conhecimento é um conhecimento *post festum*. Seguindo-se a análise marxiana, caminhamos do complexo ao simples. Por exemplo; é a anatomia do homem que fornece a chave para a explicação da anatomia do macaco. É desta forma que um estágio mais primitivo pode ser conhecido, através das suas linhas de tendência e evolução.

Outro ponto importante a ser lembrado nessa discussão, é que o "recuo da barreira natural" não significa chegar a uma ruptura com o ser natural. O ser social pressupõe o ser natural, assim como vive em contínua interação com este - considerado o seu corpo inorgânico; logo, este recuo traduz-se como linha de desenvolvimento social. O homem torna-se cada vez mais natural, socializando as forças da natureza, humanizando-a, tornando-a cada vez mais a extensão do seu braço. A passagem de uma forma específica de ser para a outra está cada vez mais sendo elucidada pela própria ciência:

"A ciência já está descobrindo as formas preparatórias da passagem de um tipo de ser a outro; e também já foram esclarecidas as mais importantes categorias fundamentais das formas de ser mais complexas, enquanto contrapostas àquelas mais simples: a reprodução da

² Se ficarmos bem atentos aos próprios passos de LUKÁCS, mencionado acima, perceberemos que ao longo desta obra, ele mesmo procedeu desta maneira. No livro II², antes de discutir o momento ideal na economia e a ontologia do momento ideal, ele, no item 1, examina ontologicamente o processo de trabalho, entendido como uma posição teleológica.

³ Para a elucidação desta discussão, ver G. LUKÁCS, II Trabalho, *Per l'Ontologia ...Op. cit.* p. 11-15.

⁴ Lukács nos lembra, na sua discussão sobre o trabalho, que Marx denominava "recuo da barreira natural" a linha de desenvolvimento social. E sobre este ponto ele nos alerta de que não é possível retornar às experiências que deram origem ao início desse recuo a partir do salto ontológico. Não podemos ter conhecimento direto e preciso de tal transformação: da transformação do ser orgânico em ser social, pois, segundo o autor, "tornou-se claro, que, entre uma forma mais simples de ser (por mais numerosas que sejam as categorias de transição que essa forma produz) e o nascimento real de uma forma mais complexa, verifica-se um salto; essa forma mais complexa é algo qualitativamente novo, cuja gênese não pode jamais ser simplesmente 'deduzida' da forma mais simples. G. LUKÁCS, *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem, Revista Temas de Ciências Humanas*, nº4, São Paulo, Grijalbo, 1978, p. 3.

⁵ *Ibidem*, p. 3.

vida em contraposição ao tornar-se outra coisa; a adaptação ativa, com a modificação consciente do ambiente, em contraposição à adaptação meramente passiva, etc.”⁶

Ainda circunscritos a uma primeira aproximação, seguindo o rastro lukacsiano quando se refere ao salto ontológico na discussão sobre a ontologia do momento ideal, destacamos:

“Não é nossa tarefa descrever este processo nem mesmo sumariamente, (...) a nós interessa apenas colocar em relevo o abismo que separa as formas mais elementares de desenvolvimento, daquelas operações laboriosas mais primordiais do homem. E esse abismo é possível de ser superado somente com o salto representado pelo trabalho e pela linguagem. As experiências feitas com animais mais evoluídos e as observações das características desses animais que se encontram em estrito contato com os homens demonstram esse abismo de maneira evidente. Depois de havermos colocado os animais em ambiente seguro, no qual estes não têm necessidade de procurar para si a comida e nem proteger-se dos inimigos, o homem pode lhes ensinar novos comportamentos, às vezes até complicados, pode até ‘perguntar-lhes’, depois de breves ou longos exercícios e estes estão em condições de ‘responder’ e amiúde com grande habilidade; mas não acontece que o animal generalize uma situação, em si neutra, transformando-a em uma verdadeira pergunta, e nem encontre por si mesmo uma resposta. (...) Todavia, o salto que separa o homem trabalhador do animal que reage ao ambiente dentro do quadro das suas possibilidades biológicas, embora fortemente desenvolvidas, repousa sempre um salto qualitativo que não se pode agarrar em termos adequados mediante aproximações”.⁷

A partir da exposição acima, a respeito das formas particulares do ser - a inorgânica, a orgânica e a social -, podemos concluir que para nascer o trabalho, enquanto protoforma de um novo tipo de ser, é indispensável um determinado grau de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica. Essencialmente, o ato laborativo consiste, precisamente, em dar um passo adiante “dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente”. E o momento “essencialmente separatório”, que diferencia o ser natural do ser social, “é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual precisamente aqui deixa de ser epifenômeno da reprodução biológica”.⁸

O trabalho, enquanto ato teleológico que desencadeia séries causais, é uma resposta do ser social aos problemas que a realidade coloca ao homem: “Com justa razão se pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas”.⁹

O homem responde segundo as suas necessidades, seus carecimentos, colocados historicamente. Porém, perderíamos o essencial, se colocássemos o problema tendo como pressuposto, uma relação de forma imediata. Ao contrário, o ser social dá respostas, precisamente na medida em que - paralelamente ao desenvolvimento social - generaliza,

⁶ G. LUKÁCS, *As Bases Ontológicas ...*, *Op. cit.*, p.3.

⁷ G. LUKÁCS, *Ontologia do momento ideal*, in Maria Angélica Borges RODRIGUES, *A Determinação do 'Momento Ideal' na Ontologia de G. Lukács*. Tese de Mestrado. São Paulo. PUC, 1990. Tradução em anexo, p. XLII-XLIII.

⁸ IDEM, *As Bases ...Op. cit.*, p.4. Lukács explica que “também aqui temos de deixar de lado numerosos casos de capacidade de trabalhar que se mantêm como pura capacidade; tampouco podemos nos deter nas situações de beco sem saída, nas quais surge não apenas um certo tipo de trabalho, mas inclusive a consequência necessária do seu desenvolvimento, a divisão do trabalho (abelha, etc.), situações porém, em que essa divisão do trabalho - enquanto se fixa como diferenciação biológica dos exemplares da espécie - não consegue se tornar princípio de desenvolvimento posterior no sentido de um ser de novo tipo, mantendo-se ao contrário como estágio estabilizado, ou seja, como beco sem saída no desenvolvimento. *Ibidem*, p. 4.

⁹ *Ibidem*, p. 5.

transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidade de satisfazê-los.

Portanto, é dentro desse processo que Lukács enxerga o trabalho como protoforma do homem - a partir de uma interação contínua com a natureza. Para ele, no momento em que Marx considera a produção e reprodução da vida humana o problema central, aparece - tanto no próprio homem com em todos os seus objetos, relações, vínculos etc. - a dupla determinação de uma base natural insuperável e de uma ininterrupta transformação social dessa base:

“Como sempre ocorre em Marx, também nesse caso o trabalho é categoria central, na qual todas as outras já se apresentam *in nuce*: ‘O trabalho, portanto, enquanto formador de valores-de-uso, enquanto trabalho útil, é a condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural e eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico com o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens’. Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação do ser social: ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza; ‘desenvolve as potências nela ocultas’ e subordina as forças da natureza ‘ao seu próprio poder’. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos do trabalho, em matérias-primas, etc.. O homem que trabalha ‘utiliza as propriedades mecânicas físicas e químicas das coisas, de acordo com sua finalidade’. Os objetos naturais, todavia, continuam a ser sem si o que eram por natureza, na medida em que as propriedades, relações, vínculos, etc., existem objetivamente, independentemente da consciência do homem; e tão-somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis. Essa conversão em coisas úteis, porém, é um processo teleológico”¹⁰.

Trata-se, agora, de concretizarmos nossa análise, enlaçando esses pressupostos com a ontologia do momento ideal na economia. Todas as indicações acima se fizeram necessárias para que pudéssemos explicitar os pontos nodais nos quais a análise marxiana, em Lukács, baseia suas colocações.

1.

Inicialmente, demarcaremos ontologicamente o momento ideal a partir do complexo: *trabalho e posição teleológica*. Ou seja, para entender a partir de Marx o *momento ideal*, é necessário apresentá-lo a partir do ser social. Como vimos, Lukács frisa este ponto de partida ao considerar que não existe ser social sem consciência e vice-versa. Assim, o momento separatório do ser natural, em relação ao ser social, é a *consciência*.

A consciência espelha a realidade e instrumentaliza a intervenção do homem na mesma. Portanto, a consciência tem um poder real diante do ser. É uma força ativa do ser social - um instrumento de transformação através do trabalho, do homem e da natureza - na construção da sociedade.

O ser social só pode se pôr e se desenvolver a partir do ser orgânico que, por sua vez, é originário do ser inorgânico. E o trabalho aparece desde o início, enquanto momento fundador do ser social, pois, para que o trabalho pudesse nascer como protoforma do homem, seria necessário um determinado grau de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica, que possibilitasse uma atividade que fosse além da competição biológica dos seres vivos com o seu habitat.

A ciência já está encontrado, gradativamente, as mediações entre as transições de um tipo de ser a outro. E entre uma forma específica de ser, mais simples, e outra mais complexa, verifica-se um *salto*. Ambas as formas de ser são qualitativamente diferentes uma da outra; a compreensão da forma mais complexa, desde o instante de seu

¹⁰ G. LUKÁCS, *Ontologia do Ser Social - os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*, São Paulo, LECH, 1979, p.16,

aparecimento, não pode ser deduzida da forma mais simples (anterior a ela), pois, depois do salto, sempre surge uma nova forma específica de ser.

O surgimento do ser social é simultâneo ao aparecimento do *trabalho*, da *linguagem*, da *cooperação*, da *divisão do trabalho* e da *consciência* - entendida como o momento ideal consubstanciado na posição teleológica.

O homem que trabalha é um ser que responde. O animal tornado homem, através do trabalho, dá respostas segundo os seus carecimentos. O trabalho aparece como solução - resposta - às necessidades humanas. Isso é possível na medida em que, concomitantemente ao processo histórico, no seu evoluir, o ser social generaliza suas carências, construindo projetos e realizando-os - o ser social desenvolve o trabalho e é desenvolvido por ele. Logo, pergunta e resposta apresentam-se como atividades humanas mediadas pela consciência.

O carecimento material desencadeia a atividade laborativa: o *trabalho*. Para que haja a possibilidade de sua efetivação, é necessário provocar leis causais, através de seu correto conhecimento. Tal processo só pode acontecer devido ao auxílio de uma cadeia de mediações, as quais transformam sucessivamente tanto a natureza, como também o homem. Um movimento recíproco, que tem na sua base o complexo: *teleologia* e *causalidade*. Essa forma de se pôr expressa um novo tipo de ser.

Assim, a concepção lukacsiana do momento ideal parte do pressuposto de que o trabalho é formado por posições teleológicas que, em cada oportunidade, desenvolvem séries causais. A causalidade é a lei espontânea na qual todas as formas de ser expressam-se. A teleologia é a atividade da consciência - numa dada direção que movimentam leis causais.

As posições teleológicas têm a mesma estrutura e dinâmica, as decisões alternativas, ou seja, uma estrutura unitária, mas atingem finalidades específicas. Elas constituem-se de posições teleológicas primárias - contidas no trabalho - que se destinam ao intercâmbio orgânico com a natureza. E as posições teleológicas secundárias - direcionadas à consciência de outros homens - são as posições práticas mediatizadas, produzidas pela divisão social do trabalho, as quais carregam consigo um caráter teleológico causal. Estas posições não pertencem à esfera do trabalho, mas atuam na manutenção e reprodução econômica da sociedade e no seu desenvolvimento global.

Pode-se dizer, então, que os atos sociais realizam-se através de decisões alternativas, visto que, cada vez que o homem empreende um projeto, tem que decidir-se afirmativamente ou negativamente diante desse projeto.¹¹

As carências, as necessidades humanas exercem pressões sobre os indivíduos e, conseqüentemente, eles tomam decisões numa dada direção; esta escolha está circunscrita a um leque de possibilidades reais, sendo que, diante delas, os homens escolhem e agem; caso contrário, correm o risco de arruinarem-se. Em última instância, os homens atuam, dirigem suas ações no sentido de não comprometer a sua existência.

Diante disso, vendo o real caráter das posições teleológicas, da sua estrutura e dinâmica, na sua função enquanto momento da prévia-ideação do mundo social do homem, lembramos que o ser social desencadeia essas posições a partir da realidade. E, num primeiro momento, o que se apresenta para a sua ação é a realidade imediata. Mas tanto a aparência, como a essência do ser social, assim como a aparência e essência da sua

¹¹ "Naturalmente a decisão alternativa dos homens não se restringe simplesmente ao nível do trabalho; de fato (...) as posições teleológicas que não se destinam ao intercâmbio orgânico com a natureza, mas não direcionadas à consciência de outros homens, (...) revelam a mesma estrutura e dinâmica. E, embora sejam complexas as manifestações da vida produzidas pela divisão social do trabalho, que se elevam até as máximas atividades espirituais dos homens, na sua base funcionam as decisões alternativas". G. LUKÁCS, *O momento ideal na economia*, in Maria Angélica Borges RODRIGUES, *A Determinação do 'Momento Ideal' na Ontologia de G. Lukács...* Op. cit., p. XV e XVI.

relação com o ser natural; ou seja, a aparência e a essência do mundo dos homens e da sua interação com a natureza são fundamentais para a ação humana.

E, com relação ao ser social, o par dialético: fenômeno e essência assumem uma peculiaridade com relação ao ser natural. No dizer de Lukács, temos a explicação dessa diferença:

"Existe de fato uma especificidade, uma diferença qualitativa, ou seja, que o mundo fenomênico do ser social constitui o fator pelo qual é posta em movimento a maior parte das posições teleológicas que determinam imediatamente sua constituição e desenvolvimento, assumindo também uma parte importante na dialética objetiva de fenômeno e essência". E "a natureza, ao contrário - a natureza em-si, não enquanto terreno no intercâmbio entre sociedade e a natureza -, mostra-se completamente indiferente às reações suscitadas pela sua essência e pelo o seu modo de apresentar-se".¹²

Sendo assim, para entendermos pormenorizadamente e de forma conseqüente o caráter da posição da finalidade no mundo dos homens, precisamos ver mais de perto este processo de como os indivíduos colocam em ação as suas idéias, seus projetos etc., e de como fenômeno e essência interligam-se a tudo isso. O mundo fenomênico do ser social constitui o fator pelo qual é posta em movimento a maior parte das decisões teleológicas. Ou seja: o mundo fenomênico determina no imediato sua constituição e desenvolvimento, participando de forma decisiva na dialética objetiva de fenômeno e essência. Só que sabemos não ser esse mundo fenomênico idêntico à essência, e tal fato coloca tarefas importantíssimas para o pensamento científico.

Lukács mostra, nas palavras de Marx, a fundamentalidade do entendimento da dialética do fenômeno e essência para o desenvolvimento do saber: "Toda ciência seria supérflua se a aparência das coisas coincidissem diretamente com a essência".¹³

O conhecimento da essência coloca, para o ser social, possibilidades revolucionárias. Marx, por exemplo, na análise sobre a economia capitalista, desvendou o seu caráter fetichizante, porque não se deteve na aparência dos fatos econômicos. Isso foi possível através do conhecimento de como se põe a estrutura originária do mundo fenomênico da economia em contraposição com a essência que está na sua base:

"No célebre capítulo sobre o caráter do fetiche da mercadoria, Marx ilumina, pode-se dizer, a estrutura originária do mundo fenomênico da economia em contraposição com a essência que está na sua base: 'O mistério da forma das mercadorias consiste simplesmente no fato de que tal forma, como no espelho, restitui aos homens a imagem dos caracteres sociais do seu próprio trabalho, fazendo-lhes aparecer como caracteres objetivos dos produtos do seu próprio trabalho, como propriedades sociais naturais daquelas coisas, e então restabelece também a imagem das relações sociais entre produtores e trabalho existente fora deles'".¹⁴

Lukács enfatiza que esta análise, em última instância, enlaçada com a teoria da mais-valia¹⁵ - que coloca a nu a dinâmica da acumulação capitalista a partir da exploração do trabalho - desvenda a essência do modo de produção capitalista. É dentro desta discussão que o filósofo húngaro nos esclarece o primado da determinação econômica na análise de Marx. Ele nos diz que a economia é a esfera específica da essência¹⁶, sem

¹² *Ibidem*, p. XIX.

¹³ *Ibidem*, p. XX

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ Ver sobre este ponto: G. LUKÁCS, *O momento ideal na economia*, in Maria Angélica Borges RODRIGUES, *A Determinação do 'Momento Ideal' na Ontologia de G. Lukács... Op. cit.*, p. XXII e XXIII.

¹⁶ "Para entender corretamente na economia a unidade e diversidade ontológica de cada fenômeno, é preciso partir, em termos ontológicos-críticos, do tratamento hegeliano deste

contudo dar validade à tese do determinismo econômico, pois esta encontra-se em constante interação com todos os momentos da totalidade do ser social:

“Reconhecer na economia a esfera ontológica específica da *essência*, porém, não quer dizer fixar-se na idêia de que se trata de um mundo em-si, o qual, embora determinando a fundo outras esferas, acha-se com estas numa relação de real interação. Isto vale antes de tudo para o mundo fenomênico.”¹⁷

A discussão sobre fenômeno e essência dá-nos a possibilidade de concretizar, ainda mais, a posição da finalidade, e avançar na compreensão de como os homens realizam os seus projetos - abrindo, inclusive, para a elucidação do problema da liberdade e a sua discussão a partir da necessidade (como veremos no próximo item). Sabemos que a filosofia, ao longo da sua existência, colocou a indagação acerca da possibilidade efetiva do conhecimento. Nessa discussão, aprendendo com as palavras de Lukács, percebermos como é essencial para a elucidação da objetividade no conhecimento o par dialético: *fenômeno e essência*. O autor húngaro mostra-nos como a análise marxiana elucidou uma questão milenar do saber humano; partindo dos principais filósofos - aqueles que deram, a seu tempo, um passo adiante nesta questão, por exemplo, as reflexões de Aristóteles, Goethe, Hegel - caminha na concreção desta problemática. E mais, lembra-nos que na base deste pensamento está o trabalho; em todas as suas dimensões (não só o trabalho intelectual), como protoforma do homem.

Pois o trabalho se põe como uma posição teleológica que, a partir da realidade, desencadeia séries causais. O ato do trabalho - como vimos no início deste estudo - propicia ao ser social *ir além* da barreira natural que lhe dá origem. Esse recuo da barreira natural cria o desenvolvimento social, colocando, a seguir, sucessivamente, uma nova aparência, que tem como pressuposto o momento anterior - gerando um movimento sucessivo de aparência e essência - que historicamente espelha o desenvolvimento social. Sendo que a cada momento, o que constitui a aparência torna-se, no momento subsequente, essência.

Aparência e essência fazem parte da história processual do mundo no seu todo e sucedem-se ao longo desta mesma história - de forma dialética, jamais retilínea, conhecendo inclusive estagnações, regressos etc.; e o que aparece tem como pressuposto a sua história, que é a sua essência, que fez e faz parte da sua constituição.

A forma que aparece traz consigo a história da sua gênese; e mesmo que as formas mudem (e elas mudam), é uma mudança na duração. Pois, ser algo é, em última instância, ir sendo, durando-mudando. Isto é, como diz Goethe, citado por Lukács: “*A Duração na Mudança*”. Logo, a aparência fenomênica e essência se põem como etapas elucidativas do momento ideal, assim como se apresentam de forma específica ao ser social, que, ao

complexo problemático. Já na sua obra relativamente juvenil *Propedêutica filosófica*, Hegel caracteriza o fenômeno, a aparência, como algo que não é, ‘por si, mas somente num outro’. E, como determinação decisiva da relação entre essência e fenômeno, acrescenta a seguir: ‘A essência deve manifestar-se’. Onde, por um lado, a essência vem apresentada ontologicamente como momento a mais da interação, por outro lado, a relação igualmente ontológica entre as duas coisas vem concretizada no fato de que do ser deve necessariamente derivar o fenômeno. A unidade dinâmica entre eles - mas isso não está presente com toda clareza nas considerações de Hegel, que são somente ontológicas e não conscientemente orientadas para o ser social - depende do fato de que no ser social está a derivação de ambas as posições teleológicas, isto é, em cada posição singular deste tipo da esfera econômica, essência e fenômeno são objetivamente postos de modo simultâneo, e só quando as séries causais entram em movimento, desenvolvem-se em complexos de ser separados, com fisionomias específicas, e, embora na persistência da contínua interação, distinguem-se - de imediato e relativamente - uma da outra. Somente se houver uma diferenciação mais clara.” *Ibidem*, XXVII.

¹⁷ *Ibidem*, p. XXXI.

contrário do ser natural, considera esse processo através da ação dos homens no mundo. Da sua ação reflexiva.

2.

Desta situação, ineliminável para o ser social, é que podemos declinar todos os problemas sociais. O complexo liberdade-necessidade nasce aqui, a partir da relação teleologia e trabalho. Pois, sendo o homem um ser que responde entre alternativas reais, a liberdade aparece como a consciência da necessidade - que está na base da escolha de uma resposta. Colocando a questão sobre os seus pés, Lukács diz: a gênese da liberdade "é a decisão alternativa, sempre e necessariamente presente no processo de trabalho"¹⁸. O ser social, como já vimos, na produção e reprodução da sua existência, coloca na ordem do dia da sua vida cotidiana, a possibilidade da escolha entre alternativas. Mas não só:

"Na verdade, também em seu sentido primordial, é incorreto simplificar a coisa e limitar-se a vê-la somente na posição da finalidade. Indubitavelmente, esta é uma decisão alternativa, mas a sua realização, tanto nos preparativos mentais quanto no seu traduzir-se em prática, unicamente, não é um simples evento causal, a simples consequência causal de uma precedente deliberação. Nos devidos termos da sua realização, esta deliberação assume o significado de um programa concreto, isto é, de um campo de possibilidades real, delimitado e consequentemente tornado concreto"¹⁹.

A decisão alternativa que está no processo da produção da sociedade, juntamente com o ato de construção da vida, é a realização dos projetos humanos. O homem, ao decidir-se sobre qualquer ato concreto, avalia; e esta avaliação está subsumida às necessidades sociais reais. Nesta forma de abordagem está descartada a idéia de uma liberdade absoluta, sem liames sociais com as necessidades humanas. Responder às necessidades é para o homem realizar os seus projetos. A liberdade expressa-se na possibilidade de escolha que o homem tem ao procurar o caminho para realizá-la. Escolha esta limitada entre alternativas reais que obedecem à lógica do real.

Esta questão coloca as categorias: *valor e dever-ser*. Só o ser social conhece essas duas categorias. A natureza, ao contrário, não as conhece. As mudanças na natureza inorgânica não têm relação com essas categorias. E, na natureza orgânica, o êxito ou o fracasso não avançam - ontologicamente - além do momento de ser-de-outro modo.

Somente a efetivação do ser-para-nós faz com que possam existir valores; mesmo que existam formas mais elevadas - mais espirituais -, isso não elimina o significado dessa gênese ontológica. Igualmente é o processo do dever-ser, que se põe como um comportamento do homem determinado por finalidades sociais.

Enfim, fundamentalmente para o trabalho, é que nele, não apenas os movimentos mas também os homens que o realizam devem ser dirigidos por finalidades determinadas previamente, visto que todo movimento é submetido a um dever-ser.

Contrariamente às posturas que se utilizam dos métodos gnosiológico-lógicos, aqui busca-se uma ontologia do ser social a partir do sujeito que põe; procuramos entender o processo global do trabalho e as posições teleológicas, vistas como o momento ideal.

O sujeito que põe realiza a posição teleológica; mas sem poder ver todos os condicionamentos da própria atividade e seus desdobramentos. Há várias ocasiões nas quais é inegável que os homens ajam, mesmo que eles tenham consciência de que não

¹⁸ *Ibidem*, p. XIV.

¹⁹ *Ibidem*, p. XIV-XV. "Igualmente para a relação entre causalidade e teleologia, (...), temos que sublinhar que o problema da liberdade pode ser posto de maneira sensata apenas numa relação de complementaridade com a necessidade." *Ibidem*, p. XIV.

controlam senão uma pequena parte das circunstâncias. Mesmo assim, eles contam com a possibilidade de realizar suas atividades, já que o carecimento existe objetivamente e tem de ser satisfeito - e o trabalho cria as possibilidades de sua efetivação -, pois o trabalho é um ato consciente de pôr e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto - ainda que nunca perfeito - dos fins e dos meios de seu próprio processo.

Todo esse processo funda-se na novidade ontológica da autonomia da imagem no movimento cognoscitivo.²⁰ Chamamos atenção para essa colocação do filósofo marxiano acerca do conhecimento; para ele, na gênese do entendimento do ser social está o pressuposto da existência do momento ideal, e este, por sua vez, apresenta-se a partir da novidade ontológica - só explicitada nesses termos, de forma não mecanicista - do espelhamento da realidade, da autonomia da imagem na consciência do homem.

Na consciência do homem surge uma imagem que corresponde à realidade objetiva. E são apenas a *análise* e a *síntese* (atividades da consciência) atentas dessa imagem, e a sua aplicação de forma cada vez melhor à realidade, que tornam possível à práxis material a realização das posições teleológicas. Na relação trabalho e conhecimento é importante a crescente autonomização das atividades preparatórias - a separação (sempre relativa) entre conhecimento e as finalidades e meios. Logo, quanto mais universal e autônomo torna-se o conhecimento, tanto mais universal e perfeito torna-se o trabalho²¹.

Portanto, a posição teleológica guarda um dado distanciamento da consciência em relação à realidade (distanciamento também relativo). Isto é, a relação de conhecimento do homem com a realidade, entendida aqui no seu sentido ontológico, é sempre uma relação sujeito-objeto.

O momento ideal pode ter este papel nas posições teleológicas, não somente porque neste, a posição mesma do fim - através do processo acima descrito - é amplamente concretizada. Mas, além disso, porque todos os momentos reais para transformá-la em realidade devem ser fixados no pensamento antes de poderem tornar-se ações prático-materiais na atividade real material dos homens que realizam trabalho.

Nesse sentido, a ontologia do momento ideal revela-se em toda a sua especificidade. O conhecimento, em geral, separa com nitidez o ser-em-si, objetivamente existente (dos objetos), por um lado e, por outro, o ser-para-nós do produto, meramente pensado, que tais objetos adquirem no processo de conhecimento. Esse processo, para Lukács, distingue-se a partir das objetividades e das objetivações.

As objetividades se colocam a partir da natureza; formam, enquanto tais, a base da troca orgânica da sociedade com esta. Gradativamente, o seu em-si é transformado no trabalho em um para-nós. Já a objetivação - categoria fundamental do ser social - representa um ente realmente objetivado e de conseqüências realmente objetivas para o ser

²⁰ A novidade ontológica na intervenção do ser social "é que na consciência do homem surge uma imagem que corresponde à realidade objetiva, e é somente a análise atenta desta imagem e a sua aplicação sempre mais deferenciada à realidade, que tornam possível a práxis material, a realização das posições teleológicas". *Ibidem*, p. XLVII.

²¹ Trata-se do processo de abstração que, na lógica aqui apresentada, evidencia, como mostra G. AUGUSTO, "a presença da crítica ontológica como ferramenta da investigação da escavação de abstrações". Esta postura "afasta o método marxiano das generalizações indutivas". Conseqüentemente, o caráter das abstrações é "resultado da investigação e matéria-prima da exposição. Lembremos que trata-se aqui de universais efetivos. O conhecimento ontologicamente fundado deve reproduzir o processo efetivo da abstração que se dá no âmbito da realidade social, independentemente dessa abstração ter sido realizada também pela consciência. A abstração, portanto, não é uma criação da mente do investigador, mas sim um fato tão real quanto os da imediatidade fenomênica." André Guimarães AUGUSTO. Ontologia e crítica: o método de Marx, in *ANAIS do 1º Encontro Nacional de Economia Clássica e política*. RJ, 5-8 de junho de 1996. v. 3, p. 5.

social. Para Lukács, qualquer práxis social, invariavelmente, revela uma atividade de sujeitos sociais, que atuam sobre um mundo objetivo - objetivando-o e ao mesmo tempo transformando o seu ser (o ser de sujeitos que põem objetivações).

A linguagem, por isso, não é uma imagem real das objetividades, mas é, ao mesmo tempo, sua objetivação na consciência.

As posições teleológicas expressam todas as relações humanas, desde o trabalho e a linguagem, até as objetivações do mais alto valor. É a partir delas que entendemos o conhecimento humano. A relação sujeito-objeto, enquanto relação típica do ser do homem, é uma inter-relação entre o sujeito e o objeto - e vice-versa-, na qual nenhuma das duas componentes podem ser vistas separadamente. Cada ato da objetivação do objeto da práxis é ao mesmo tempo um ato de alienação (no sentido lukacsiano do termo, portanto, distinto de estranhamento) do sujeito²². Ontologicamente, objetivação e alienação se põem como uma relação histórica e contínua. O ser social vive sempre uma relação de interação com a natureza e com o mundo social criado por ele; essa interação concretiza-se em "cada ato de objetivação do objeto da práxis", que é, ao mesmo tempo, "um ato de alienação do sujeito".

O par dialético alienação-objetivação mantém uma relação histórica em contínua mudança. Forma um processo ontológico unitário, "no qual verifica-se simultaneamente o socializar-se da sociedade, o dirigir-se da humanidade a uma genericidade real, no sentido da essência em-si, e o desdobramento da individualidade humana."²³

Nesse processo ontológico unitário verifica-se conjuntamente objetivação e alienação, promovendo o socializar-se da sociedade, o seu dirigir-se a uma genericidade real, no sentido da essência em-si e o crescimento dos indivíduos, na realização da mediação gênero e indivíduo.

O homem deixa a condição de ser natural (através do recuo da barreira natural, sem contudo desvincular-se dela), para tornar-se pessoa humana - transformando-se, de

²² Na viragem ontológica que Marx realiza em relação a Hegel, segundo Lukács, temos a adequação do conceito *alienação*, visto na sua real dimensão: "Neste ponto a crítica de Marx a Hegel é radical e extremamente precisa. Ela contrapõe a originariedade ontológica da objetividade à concepção hegeliana, segundo a qual a objetividade surge da alienação e o seu cumprimento verdadeiro e autêntico só pode ser dado pela superação de toda objetividade: 'Um ente que não tenha um objeto fora de si não é um ente objetivo. Um ente que não seja ele mesmo objeto para um terceiro não tem nenhum ente com seu *objeto*, isto é, não se comporta objetivamente, o seu ser não é nada objetivo. Um ente não objetivo é um 'não-ente' ". G. LUKÁCS, *O momento ideal na economia*, in Maria Angélica Borges RODRIGUES, *A Determinação do 'Momento Ideal' na Ontologia de G. Lukács...Op. cit.*, p. LVII-LVIII. Alienação, aqui, traduz-se em objetivação do sujeito/objetividade. O estranhamento já seria o momento em que o próprio produto da objetivação se volta contra o sujeito. O autor não discute, na parte do texto que estamos analisando nossa temática, esta questão, pois discutirá o estranhamento num capítulo a parte. Porém frisa que a origem do estranhamento é a alienação, apesar de que podemos ter a alienação sem o estranhamento. "Uma ligação e bastante íntima existe aí, indubitavelmente: o estranhamento pode originar-se somente da alienação". Pois um objeto para voltar-se contra o sujeito, antes, tem de ser objetividade. "Mas, quando se enfrenta este problema, nunca se deve esquecer que ontologicamente a origem do estranhamento e da alienação não significam absolutamente que estes dois complexos sejam unívoca e condicionalmente um só: é verdade que determinadas formas de estranhamento podem nascer da alienação, mas esta última pode muito bem existir e operar sem produzir estranhamentos. A identificação entre as duas coisas, tão difundida na filosofia moderna, deriva de Hegel." *Ibidem*, p. LVII. Para uma melhor compreensão do estranhamento, indicamos a leitura deste tema no próprio Lukács, in *Per l'ontologia dell'essere sociale*. Versão italiana de Alberto Scarponi. Roma, Editori Riuniti, 1981, v. II, capítulo "L'estraniamento".

²³ *Ibidem*, p. LXII.

espécie animal que alcançou determinado grau de desenvolvimento, em pessoa humana -, o gênero humano.

A realização de todo esse processo é contraditória, mas é a forma como ele realmente se desenrola diante de nós. A ação dos homens, mesmo quando alguns deles conseguem cumprir as suas finalidades, produz resultados que, tendencialmente, são algo diverso da sua prévia ideação inicial. Esta discrepância interna quanto às posições teleológicas e as suas conseqüências causais, aumenta com o desenvolvimento social, com a intensificação das atividades humanas. A história mostra, porém, que precisamente nas mudanças sociais - nas revoluções - foi bastante importante o fator subjetivo: o momento ideal. Sendo assim, o processo em-si não tem uma finalidade *a-priori*. Por isso, o seu desenvolvimento no sentido acima indicado - na construção do gênero humano - contém a ativação de contradições de tipo cada vez mais elevado.

Faz parte desta discussão a rica problemática da consciência em-si e para-si e todas as mediações que tal fenômeno mantém com o próprio movimento social²⁴. Pretendemos enfrentar esta etapa na pesquisa que ora realizamos sobre a Teoria do Valor-Trabalho e o Movimento dos Trabalhadores e que foi inspirada nas questões ontológicas levantadas pelo filósofo húngaro nas suas investigações sobre a ontologia e o momento ideal.

²⁴ O próprio autor ao longo da sua trajetória de intelectual engajado nas lutas sociais de seu tempo discutiu estas questões, inclusive a sua mudança de posição com relação a consciência imanente - postura assumida na famoso livro *História e Consciência de Classe* - e a consciência introjetada, relacionada com a produção científica do saber, assim como sua relação ontológica com a ideologia. Sobre esses temas ver: tanto o "Postácio Autocrítico de 1967" de G. LUKÁCS. *História e Consciência de Classe*. Porto, Publicações Escorpião, 1974. p. 349-378; como o artigo de Ester VAISMAN. A ideologia e sua determinação ontológica. SP, *Ensaio*, 1989.